



Fédération Naturiste Internationale
International Naturist Federation
Internationale Naturistenföderation



Ata da 2ª Reunião extraordinária da Federação Brasileira de Naturismo – FBrN

Aos 11 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, reuniram-se, na Fazenda do Engenho, sede social do Clube Naturista Planalto Central – PLANAT, no Km 28, margem direita da BR 060, Distrito Federal, às 9h30, em caráter excepcional, os seguintes dirigentes da Federação Brasileira de Naturismo – FBrN Elias Alves Pereira (Presidente da FBrN), Jaime Batista Belém (1º Secretário da FBrN), João Carlos Lima de Souza (2º Secretário da FBrN), Waldir Viegas (Tesoureiro da FBrN), José Damasceno (Presidente do Conselho Maior da FBrN), André Ricardo Lisboa Herdy (membro do Conselho Maior da FBrN) e 2 representantes de associações naturistas Vanderlei Castresano (Fundação Naturis) e Alberto Polo Pereira (Planat). O objetivo da reunião era dar um encaminhamento oficial acerca da criação de um órgão denominado “Polícia Naturista”, que tinha sido autorizado a funcionar em nome da FBrN sem a devida aquiescência da maioria de seus dirigentes. Inicialmente fez uso da palavra o Presidente da FBrN, Elias Alves Pereira, que declarou haver autorizado o funcionamento do grupo, mas que diante de uma reação negativa da maioria das lideranças naturistas brasileiras, estava disposto não só a colocar o assunto em discussão, como também propor a alteração da denominação do referido grupo para CONSELHO DE ÉTICA. Em seguida, falou o 1º secretário, Jaime Batista Belém (relator da ata), salientando que o termo “polícia naturista” é inapropriado porque assusta, inibe e constrange a própria comunidade naturista. Na oportunidade Jaime Belém defendeu a necessidade de criação do Conselho de Ética dentro da FBrN, como uma unidade que se incumbisse de resolver as questões de comportamento ético no âmbito do naturismo brasileiro. Mas seria um órgão receptor e apurador de denúncias, não um órgão interventor ou invasor da privacidade das comunidades naturistas. Acrescentou que a Diretoria da FBrN recebe muitas denúncias de ocorrências em áreas naturistas e muitas vezes fica impedida de agir ou propor algum encaminhamento, chegando a devolver as denúncias para as próprias agremiações para proporem encaminhamentos internos. Continuando, fez uso da palavra o Sr. Alberto Pólo, salientando, inicialmente que “toda convivência social tem que ter regras”. Continuando o Sr. Alberto argumentou que para defender o naturismo a FBrN precisa ter um organismo de caráter consultivo, como um Conselho de Ética, com poder de polícia, mas no sentido de apurar as infrações e encaminhá-las para o órgão diretivo que validaria o parecer do referido Conselho. Em seguida, José Damasceno discorreu acerca da necessidade de se criar o Conselho de Ética, também como órgão consultivo da FBrN. O Sr. André Herdy declarou que sua participação no processo de criação e instalação da “Polícia Naturista”, que já começava a atuar com a autorização do Presidente da FBrN, limitava-se a uma espécie de intermediador. Informou que havia sido contatado por um grupo que propôs a criação da “Polícia Naturista”, como uma Central de Informações que

pudesse colaborar com o controle do conteúdo de sites naturistas na internet, sobretudo no intuito de identificar grupos ou sites na internet que estivessem fazendo uso indevido do nome naturismo ou utilizando-se de sua imagem para veicular pornografia na rede. Enfatizou que esse controle inclusive já vinha sendo feito de forma autônoma, tendo repercutido na remoção de grupos no Yahoo, bem como de comunidades no Orkut. E que agora seus mentores estavam buscando oficializar essa prática junto à FBrN. Finalizando o Sr. André disse que ampliar o grupo para a constituição de um Conselho de Ética devidamente nomeado ou eleito pela FBrN seria melhor ainda. O Sr. João Carlos Machado salientou que a intenção da “Polícia Naturista” era boa, mas concordou que ela nascera sem autorização para funcionamento já que faltou a reunião com os membros da FBrN. João Carlos considerou que a Criação do Conselho de Ética para cuidar dessas questões de comportamento inadequado dentro do naturismo brasileiro é uma decisão oportuna e sensata. Mas discorda que ela seja apenas receptora de denúncias. Para João Carlos o Conselho de Ética da FBrN precisa atuar também como um veículo farejador no sentido de identificar práticas inadequadas na internet envolvendo a imagem do naturismo. Finalizando João Carlos aconselhou que uma das preocupações principais do Conselho de Ética seria apurar com cuidado as denúncias, checando as fontes, colhendo provas concretas e dando oportunidade de ampla defesa aos acusados para não cometer injustiças. O Sr. Vanderlei Castresano inicialmente elogiou a iniciativa da reunião, apoiou a criação do Conselho de Ética, que em sua opinião deveria ter poderes consultivo e fiscal. Mas defendeu que os membros desse Conselho sejam eleitos durante a eleição do Conselho Diretor da FBrN e não fiquem ocultos como inicialmente estavam os integrantes da “Polícia Naturista”. Salientou, ainda, o Sr. Vanderlei Castresano que esse processo tem que ser transparente e aberto, tal como é a democracia brasileira. Continuando Vanderlei afirmou que ao tentar criar a “Polícia Naturista” sem a devida consulta aos demais dirigentes naturista, a FBrN cometeu um erro tático. Era preciso “colocar as cartas na mesa”, sentenciou. Finalizou afirmando que o Conselho de Ética tem que existir e tem que ser independente, desvinculado das Polícias Federal e Civil e constituído por pessoas de fora do Conselho Deliberativo e Consultivo da FBrN. Convergindo as discussões para uma proposta de consenso, os presente aprovaram de forma unânime a criação de um Conselho de Ética provisório, a ser substituído ou confirmado na próxima eleição do Conselho Diretor da FBrN. Este conselho terá 3 integrantes eleitos diretamente durante as eleições gerais da FBrN, com mandatos coincidentes com os da diretoria. Os nomes destes 3 conselheiros serão divulgados junto com a divulgação de cada nova diretoria da FBrN. Para fazer parte do Conselho de Ética provisório, que atuará até a próxima eleição da FBrN, foram indicadas as seguintes pessoas: **João Carlos Lima de Sousa**, **José Faustino Damasceno Filho** e **André Ricardo Lisboa Herdy**, tendo como primeiro suplente: Wesley Vinícius Lima. Os outros 02 (dois) suplentes serão oficializados após consulta às pessoas indicadas na seguinte seqüência: Marcos Funfaro, Jorge Bandeira, Andréia Baia e um advogado da Colina do Sol.